A ecologia é o ópio do povo[1]

Entrevista com Slavoj Zizek

Transgressor e politicamente incorreto – assim é o filósofo esloveno Slavoj Žižek, uma das vozes mais vivas e controvertidas do pensamento atual.

Slavoj Žižek nasceu em Liubliana, na antiga Iugoslávia (hoje capital da Eslovênia), em 1949. Em 1990, candidatou-se à presidência da República de seu país. Esta entrevista foi realizada pelo professor Ricardo Sanín, do Departamento de Filosofia e História do Direito da Universidade Javeriana, da Colômbia, sendo cedida a MAGIS por intermédio do professor dos PPGs em Filosofia e Direito da Unisinos, Alfredo Culleton. Sanin e Culleton (também responsável pela tradução e introdução da entrevista) trabalham em cooperação em projeto de desenvolvimento de uma Teoria Crítica dos Direitos Humanos, junto com o professor Costas Douzinas, da Universidade de Londres.

A entrevista foi publicada por Magis, Revista da Unisinos, no. 05, dez 2009-jan 2010.

O senhor tem insistido que tanto o multiculturalismo quanto os movimentos ecológicos não abordam os problemas políticos verdadeiramente agudos e relevantes para o mundo. Por quê?

O multiculturalismo passa por cima dos problemas políticos verdadeiramente relevantes e agudos quando os reduz a meros problemas culturais. Quando lidamos com um problema real, tanto sua designação ideológica como sua percepção como tal introduz uma mistificação invisível. Digamos que a tolerância designa um problema real. É claro, sempre me perguntam: “Como você pode concordar com a intolerância com os estrangeiros, estar de acordo com o antifeminismo ou ao lado da homofobia?”. Aí reside a armadilha. Evidentemente, não estou de acordo. Ao que me oponho é à nossa percepção automática do racismo como mero problema de tolerância. Por que tantos problemas atualmente são percebidos como problemas de intolerância, em vez de serem entendidos como problemas de iniquidade, exploração e injustiça? Por que o remédio tem de ser a tolerância em vez de a emancipação, a luta política, ou ainda a luta política armada? A resposta imediata está na operação básica do multiculturalismo liberal: “a culturização da política”. As diferenças políticas, diferenças condicionadas pela iniquidade política ou a exploração econômica, se naturalizam como simples diferenças “culturais”. A causa desta culturização é o retrocesso, o fracasso das soluções políticas diretas, tais como o estado social. A tolerância é seu *ersatz*[2] ou sucedâneo pós-político. A ideologia é, neste preciso sentido, uma noção que, enquanto designa um problema real, dilui uma fronteira de separação crucial.

E quanto à ecologia?

É precisamente no terreno da ecologia que podemos delinear a demarcação entre a política da emancipação e a política do medo na sua forma mais pura. De longe, a versão predominante da ecologia é a da ecologia do medo – medo da catástrofe,

---

[1] Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/28499-%60%60a-ecologia-e-o-opio-do-povo%60%60-entrevista-com-slavoj-zizek> Acesso em: 14 de dezembro de 2015. Publicado em: sábado, 19 de dezembro de 2009.

[2] Ersatz: (substantivo masculino) palavra de origem alemã cujo significado literal é “substituto”. Imitação, artificial e inferior ao produto que substitui; sucedâneo.

humana ou natural, que pode perturbar profundamente ou mesmo destruir a civilização humana. Essa ecologia do medo tem todas as oportunidades de se converter na forma ideológica predominante do capitalismo global, um novo ópio das massas que sucede o da religião. Assume a função fundamental da religião, aquela de impor uma autoridade inquestionável que estabelece todo limite. Apesar de os ecologistas exigirem permanentemente que mudemos radicalmente nossa forma de vida, é precisamente isso que subjaz a essa exigência no seu oposto, isto é, uma profunda desconfiança em relação à mudança, em relação ao desenvolvimento, em relação ao progresso: cada transformação radical pode conter a consequência inestimada de detonar uma catástrofe. É exatamente essa desconfiança que converte a ecologia em um candidato ideal para tomar o lugar de uma ideologia hegemônica, pois faz eco da desconfiança em relação aos grandes atos coletivos.

Afinal, de qual natureza estamos falando?

A “natureza” como condição de domínio, de reprodução balanceada, de implantação orgânica dentro da qual intervém a humanidade com a sua desmedida, destruindo brutalmente sua moção circular, não é outra coisa que a fantasia do ser humano; a natureza já é de fato uma “segunda natureza”, seu equilíbrio é sempre secundário, trata-se de uma tentativa de negociar um “hábito” que restauraria alguma ordem depois das intervenções catastróficas. A lição que devemos colher é a de que, se não podemos estar seguros de qual será o resultado final das intervenções humanas na biosfera, uma coisa é certa: se a humanidade detivesse abruptamente sua imensa atividade industrial e deixasse que a natureza tomasse seu curso equilibrado, o resultado seria uma ruptura total, uma catástrofe inimaginável. A “natureza” na Terra está tão adaptada às intervenções humanas, a “contaminação” humana está a tal ponto incluída no frágil e instável equilíbrio da reprodução “natural”, que a interrupção intempestiva da ação humana causaria um desequilíbrio catastrófico. É isso precisamente que demonstra que a humanidade não tem como retroceder: não só não há um “grande Outro” (uma ordem simbólica autocontida que seja a última garantia do significado), assim como também não existe uma natureza que contenha uma ordem equilibrada ou de autoprodução e cujo equilíbrio tenha sido perturbado e descarrilado pela intervenção humana desbalanceada. Não só o grande Outro tem sido “gradeado”, a natureza também.

Existe o mito fundamental segundo o qual o liberalismo é o lar da democracia. É a democracia uma produção do liberalismo?

Não, todas as características que hoje identificamos com a democracia liberal e com a liberdade (sindicatos, sufrágio universal, educação universal e gratuita, liberdade de imprensa etc.) foram obtidas pelas classes mais baixas em uma longa e difícil luta no transcurso do século XIX. Tais lutas estavam longe de ser uma consequência “natural” das relações capitalistas. Lembra a lista de demandas que conclui o Manifesto Comunista: a maioria delas – à exceção da abolição da propriedade privada dos meios de produção, precisamente como resultado das lutas populares – hoje é amplamente aceita nas democracias “burguesas”. Outro aspecto que se ignora constantemente: hoje, a igualdade entre brancos e negros se celebra como parte do “sonho americano”, se percebe como um axioma ético-político. Sem dúvida, nos anos 1920 e 1930 do século passado, os comunistas dos Estados Unidos foram a única força política que argumentou a favor da igualdade absoluta entre as etnias. Aqueles que defendem a existência de um vínculo natural entre o liberalismo e a democracia estão equivocados.

Pode a política ser sublime em uma era pós-ideológica?

A tendência geral é para o ridículo. A figura do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, é aqui fundamental, visto que hoje a Itália é efetivamente um tipo de laboratório experimental do nosso futuro. Se o cenário político é dividido entre um tecnocratismo permissivo-liberal e um fundamentalismo populista, Berlusconi tem o grande mérito de ser ambos ao mesmo tempo. É sem dúvida esta combinação que faz dele imbatível, pelo menos em um futuro próximo: a histórica “esquerda” italiana agora resignadamente o aceita como destino. Essa aceitação silenciosa de Berlusconi como destino é talvez o aspecto mais triste de seu reinado. Seus atos são cada vez mais inescrupulosos: ele não só ignora ou politicamente neutraliza juridicamente as investigações sobre suas atividades criminosas para impulsionar seus interesses comerciais privados, como também busca minar sistematicamente a base da dignidade do chefe de Estado. A dignidade clássica da política é baseada na sua elevação acima do jogo de interesses específicos na sociedade civil: a política é "alienada" da sociedade civil, apresenta-se como a esfera ideal do cidadão, em contraste com o conflito de interesses que caracteriza a burguesia como egotista. Berlusconi efetivamente acaba com essa alienação: hoje na Itália, a base burguesa impiedosa e abertamente explora o poder estatal como um meio para a defesa dos seus interesses econômicos. E lava a roupa suja de seus conflitos maritais privados à maneira de um *reality show* vulgar, diante de milhões de espectadores sentados nos seus sofás. A aposta de Berlusconi nas suas indecentes vulgaridades está, naturalmente, em que as pessoas vão se identificar com ele, na medida em que ele aprova a mítica imagem ampliada da mídia italiana: “Eu sou um de vocês, um pouco corrupto, com problemas com a lei, tenho problemas com a minha mulher, porque outras mulheres me atraem...” Mesmo sua grandiosa promulgação como um grande e nobre político, *il cavalliere*, é mais como uma ópera ridícula do pobre homem com sonho de grandeza. E, no entanto, essa aparência de "um homem normal como todos nós” não deve nos iludir: por baixo da máscara desajeitada há um poder estatal que funciona com eficiência impiedosa.